Galvão, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOCATELLI, Cristina. Agressividade infantil: relax e reprogramação emocional para crianças: um guia para os pais, educadores, professores e futuros pais. São Paulo: Sucesso, 2002.

MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1999

PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. 3. ed. São Paulo: Summus, 2001.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento Humano. 10 ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

SOUZA, Maria Abigail.; CASTRO, Rebeca Eugênia Fernandes de. A agressividade infantil no ambiente escolar: Concepções e Atitudes do Professor. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a22.pdf > acesso: 27 abril 2013.

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NA REDE PÚBLICA DE SÃO PAULO

ISAIAS TRUGILHO DOS SANTOS

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre a necessária relação entre os portadores de necessidades educacionais especiais, os docentes e o trabalho psicopedagógico para a superação de entraves ao direito constitucional de uma educação de qualidade para todos. A inclusão é realidade posta pela legislação e principalmente pela sociedade. Não somos iguais, temos particularidades que nos diferenciam uns dos outros e, essa diferença deve ser respeitada. O discurso e a prática das políticas públicas educacionais nos trouxe uma igualdade, inexistente na maioria das escolas deve favorecer a permanência dos alunos, de todos os alunos e, em especial para aqueles com necessidades educacionais especiais o professor deverá se tornar-se um facilitador para lidar com questões referentes ao respeito mútuo, relações de poder, limites e autoridade ambiente escolar na vivência dos alunos, onde a seriedade profissional do professor se manifesta quando compreende o seu papel de instrumentalizar dos alunos para a conquista dos conhecimentos e sua aplicação na vida prática; incute-lhes a importância do estudo na superação das suas condições de vida; mostra-lhes a importância do conhecimento das lutas dos trabalhadores, orienta-os positivamente para as tarefas da vida adulta.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Docentes; Trabalho Psicopedagógico.

INTRODUÇÃO

No cotidiano escolar percebemos a necessidade da participação de um profissional especializado para orientar o trabalho pedagógico com os alunos com neces-

sidades educacionais especiais o professor, diante de tantas responsabilidades, e sem respaldo apropriado sente-se desamparado diante da realidade da inclusão, assim como ele, gestores e demais funcionários, também possuem muitas vezes ressalvas quanto a esta nova realidade.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da relação entre os portadores de necessidades educacionais especiais, os docentes e o trabalho psicopedagógico para a superação de entraves ao direito constitucional de uma educação de qualidade para todos.

O termo inclusão abarca uma série de grupos diferentes. No âmbito desse trabalho estaremos nos referindo aos denominados pessoas com necessidades educacionais ou educativas especiais (doravante identificados por N.E.E.).

A expressão "alunos com necessidades educacionais especiais" é usada para designar pessoas com deficiência (mental, auditiva, visual, física e múltipla), superdotação e altas habilidades ou condutas típica, tal como especificado no documento Política Nacional de Educação Especial (Seesp/MEC, 1994), que requerem em seu processo de educação escolar, atendimento educacional especializado, que pode se concretizar em intervenções para lhes garantir acessibilidade arquitetônica, de comunicação e de sinalização, adequações didático- metodológicas, curriculares e administrativas, bem como materiais e equipamentos específicos ou adaptados. (MANTOAN 2006, p. 35)

Podemos afirmar que a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 é um divisor de águas no reconhecimento do ser humano como sujeito de direitos, e não mais como objeto das relações. Segundo Hollanda (2002, p. 2), "a partir dessa perspectiva, inúmeros encontros, congresso e eventos em educação deram origem a documentos internacionais e nacionais, que foram elaborados a fim de defender o principio da inclusão".

Assim, além da Declaração Universal, outros documentos internacionais e nacionais merecem igualmente destaque, como o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, aprovado em dezembro de 1982 na Assembleia Geral das Nações Unidas.

O Programa visa medidas referentes a prevenção, reabilitação e equiparação de oportunidades para os portadores de deficiência

Também, merece destaque a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada na Conferencia Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, ocorrida na Tailândia em 1990 que constatou a persistência de inúmeras dificuldades relacionadas à garantia do direito à educação. Nesta declaração os portadores de deficiência são considerados cidadãos "comuns" e "peculiares" ao mesmo tempo

DESENVOLVIMENTO

O professor é a referência para os alunos e sua postura, modelo a ser seguido. o trabalho com portadores de N.E.E., não bastam boa vontade nem documentos oficiais que regulamentem e norteiem o trabalho pedagógico, mas principalmente

a conscientização e o preparo

Segundo a Secretaria de Educação a Distancia (1999, p. 23).

São considerados cidadãos comuns ao se propor que o acesso à educação com equidade seja universalizado a todos (Art. 3) e peculiares ao explicitar-se que é preciso garantir-lhes igualdade de acesso à educação como parte integrante do sistema educativo, independente do tipo de deficiência que possuam (Art. 5).

Outro importante documento foi a Declaração de Salamanca de Principio, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais, elaborada em decorrência da Conferencia Mundial sobre Necessidade Educacional Especial: Acesso e Qualidade, ocorrido na Espanha em 1994, que tem como princípios norteadores o reconhecimento das diferenças, o atendimento às necessidades de cada um, a promoção da aprendizagem, o reconhecimento da importância da "escola para todos" e a formação dos professores.

Como educadores desempenhamos muitos papeis já que não podemos nos ater somente ao papel pedagógico. Desempenhamos também um papel político na sociedade e por isso precisamos saber o que dizem os documentos acima citados para que possamos efetivamente desempenhar nosso papel pedagógico e político. Desta forma, cabe-nos ainda o conhecimento da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), pois segundo a Secretaria de Educação a Distancia (1999, p.23):

No Brasil a Constituição Federal de 1988 garante aos portadores de deficiência, "atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino" (Art. 208, III). Este direito, também, é reiterado no art. 54, III, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990).

E, ainda de acordo com a Secretaria de Educação a Distancia (1999, p.23):

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n 9.394/96) apresenta características básicas de flexibilidade, além de algumas inovações que muito favorecem o aluno portador de Necessidades Educativas Especiais. Pela primeira vez surgem em uma LDB um capitulo (Cap. V) destinado à Educação Especial, cujos detalhamentos são fundamentais: garantia de matriculas para portadores de necessidade especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 58); criação de serviços de apoio especializado, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial (Art. 58,§1); oferta de Educação Especial durante a educação infantil (Art. 58, §3); especialização de professores (Art. 59, III). Muito importante, também, é o compromisso do poder público de ampliar o atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública de ensino (Art.60, parágrafo único).

Mas sabemos bem que apesar de todas as leis e declarações a real mudança deve ocorrer na prática e não apenas no papel,a escola deve atender a todos sem exceção, deve estar de portas abertas e principalmente mantê-las aberta às pessoas com NEE.

Queremos uma escola democrática, entretanto democracia e segregação não combinam que nossas escolas estejam preparadas para trabalhar com diferenças

e diversidades, sendo capazes de oferecer oportunidades de atendimento educacional que prevejam as necessidades, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada aluno de acordo com sua necessidade especifica para tanto os profissionais da educação, e em especial o docente deve favorecer e trabalhar para que a escola seja realmente um espaço inclusivo e integradorenvolvidos no processo de aprendizagem, indiferente da instituição onde se encontram inseridos.

A busca por novos caminhos na educação é de extrema urgência, onde a presença do psicopedagogo e seu trabalho junto às escolas podem favorecer a reflexão e mudanças na metodologia dos professores. Logicamente esta não será a solução de todos os problemas educacionais, mas talvez uma porta aberta para novos desafios.

METODOLOGIA

Do professor espera-se que promova efetivamente a aprendizagem de seus alunos, bem como a qualidade de ensino, dentro de uma clientela cada vez mais heterogênea, embora ele não ofereça condições de trabalho e de aprimoramento. Receitas prontas não existem e somente a capacitação poderá fazer com que novas posturas sejam criadas, novos métodos utilizados, reflexões sejam feitas e transformações ocorram.

Infelizmente os professores atuam com precárias condições oferecidas pelo poder público para “atender as necessidades variadas e peculiares dos diferentes alunos” (TOLEDO, 2009, p. 4129).

Parece-nos bastante claro que se houver o comprometimento por parte de todos os envolvidos, a realidade educacional brasileira será efetivamente diferente.

É certo que “independente de como está a formação do professor, o aluno com N.E.E. continuará chegando às escolas, estejam elas preparadas ou não” (TOLEDO, 2009, p. 4130). Diante dessa realidade permitimo-nos algumas reflexões: o que farão em sala de aula aluno e professor?

Como promover a aprendizagem considerando as características e limitações dos alunos com N.E.E., e finalmente, a escola regular deve servir apenas para a socialização?

Acreditamos que muito longe de ser um super-herói, o professor tem limitações e precisa de auxilio, este deve partir da equipe gestora e de profissionais multidisciplinares, como o psicopedagogo.

No contexto escolar, as perspectivas recaem na prática inclusiva em sala de aula, sendo que está nas mãos dos profissionais da educação o compromisso da sua efetivação o professor é desafiado continuamente a responder às novas e crescentes expectativas projetadas sobre ele, muito mais depois da implantação do modelo de inclusão ,supõe-se assim, que a peça principal para o processo da educação inclusiva seja o professor.

Nem sempre as legislações consideram esta variável primordial no processo de inclusão, “que consiste na capacidade de resposta daqueles que a tem de pôr em prática” (CORREIA, 1999).

Pois, segundo o autor: São grandes as responsabilidades cometidas ao professor do ensino regular: esperasse que utilize

estratégias e desenvolva atividades de ensino individualizado junto da criança com NEE, mantenha um programa eficaz para o resto do grupo e colabore na integração social da classe.

Considerando o trabalho psicopedagógico na inclusão de crianças com deficiência, "[...] a predisposição dos professores frente à diversidade tem um papel decisivo na compreensão das diferenças individuais, em sua aceitação e respeito, criando, removendo ou intensificando os obstáculos já existentes" (CARVALHO, 2003, p. 59). Porém nem sempre estes profissionais estão preparados para tal desafio a atuação do psicopedagogo tem um campo muito vasto, podendo atuar em escolas, clinicas, hospitais e empresas.

Vimos que para as crianças com N.E.E., é preciso oferecer não apenas vagas, mas condições de uma aprendizagem eficaz. assim, em função do novo contexto educacional do ensino regular, que recebe as crianças portadoras de N.E.E., o psicopedagogo pode auxiliar os professores, os pais e a equipe gestora no trabalho inclusivo. Para Hollanda (2002. p. 50) "profissionais especializados são de grande importância para assessorar as dificuldades da equipe técnica da escola".

Logicamente o processo de inclusão requer equipamentos e materiais específicos e uma equipe de apoio para oferecer suporte a todos os envolvidos no processo de aprendizagem dos alunos com N.E.E e através da ajuda do psicopedagogo pode auxiliar na ruptura do preconceito e na convivência com as diferenças cabe, entretanto ao poder público e a sociedade visualizar a real importância deste profissional como mais um membro facilitador e mediador no processo de inclusão e aprendizagem cada escola possui suas necessidades e expectativas e para realizar um bom trabalho e cumprir efetivamente seu papel, onde o psicopedagogo deverá percebê-las e faz-se necessário que a equipe escolar esteja aberta a mudanças.

Deve haver confiança, respeito e cumplicidade entre todos os envolvidos para um resultado eficaz, assim a relação psicopedagogo e escola são fundamentais para a evolução do aluno relação harmônica, compromisso e cumplicidade são elementos fundamentais para o desenvolvimento de qualquer atividade que envolva seres humanos; a importância de uma relação bem construída entre alunos com N.E.E., professores e psicopedagogo está no caminho para o sucesso de uma escola inclusiva.

Além destas características apresentadas, Masini (2000 apud VOIVODIC, 2004, p.34) ainda adverte que é necessário um preparo cuidadoso, em vários níveis e aspectos, para que ocorra a inclusão, assinalando alguns fatores importantes para isso a necessidade de que cada educador conheça seus próprios limites pessoais e de formação e saiba em que medida pode contribuir para a inclusão da criança deficiente e limites de cada escola sejam examinados onde todas as formas possíveis para que o processo de inclusão se realize em benefício da criança deficiente sejam analisadas já os projetos educacionais se façam numa dialética teoria/prática, numa constante avaliação do que ocorre com a criança especial.

O desenvolvimento pessoal é um processo de aprimoramento das capacidades de agir, pensar, atuar sobre o mundo

e lidar com a influência do mundo sobre cada um, bem como atribuir significados e ser percebido e significado pelos outros, apreender a diversidade e ser compreendido por ela situar-se e pertencer. A educação precisa estar a serviço desse desenvolvimento, que coincide com a construção da identidade, da autonomia e da liberdade. (SÃO PAULO, SEE, 2008, p.11)

A psicopedagogia surge como uma ciência que tenta compreender a aprendizagem humana de uma forma bem mais contextualizada e acreditamos que a interferência psicopedagógica nas instituições o trabalho psicopedagógico atua não só no interior do aluno ao sensibilizar para construção do conhecimento, levando em consideração os desejos do aluno, mas requer também uma transformação interna do professor.

Esta pesquisa propõe a reflexão sobre as contribuições e desafios das atividades teatrais na prática pedagógica visando analisar a importância do teatro como ferramenta pedagógica no processo Educacional infantil com um olhar voltado para criança de zero a dois anos, matriculados em creche oferece inúmeras vivência significativas para a criança, que a partir de brincadeiras e atividades teatrais desenvolve expressão verbal corporal, memória, raciocínio. (Brasil,1998, p. 29).

A construção do artigo ocorreu através da pesquisa de diretrizes brasileiras desenvolvidas pelo Ministério da Educação para a Educação Infantil e da visão de teóricos sobre o assunto, além de algumas considerações sobre a relação entre o aprender e o brincar como fundamento a experiência de vida: ideias, conhecimentos e sentimento.

A sua ação é a ordenação desses conteúdos individuais e grupais e apesar de estar inserido dentro das atividades pedagógicas, ainda é preciso expandir o seu uso, as escolas e creches ainda estão galgar no caminho deste tipo de atividade tão benéfico para as crianças e para seu aprendizado a educação infantil muito tem se beneficiado com as diferentes formas lúdicas de aprendizado e com a utilização do teatro não está sendo diferente vem mostrar que a sua utilização contribui no desenvolvimento da criança em todos os aspectos possíveis: cognitivo, afetivo, social e cultura como forma lúdica de aprendizagem na educação infantil, pois este é um dos caminhos para que a escola e os professores possam interagir com as crianças de forma criativa, produtiva e participativ

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho podemos concluir que a partir de um movimento histórico e social pela inclusão, este tema tem ganhado espaço e muitos documentos oficiais, nacionais e internacional ,entretanto percebemos que apenas leis e decretos não bastam e que a mudança deve ocorrer na prática o trabalho com o “diferente” demanda mudança de postura e de consciência.

Tal mudança tem ocorrido na sociedade, mas ainda engatinha no âmbito escolar, já que nosso sistema educacional é ainda burocrático e excludente ocorra uma transformação percebemos a necessidade da construção de uma relação entre os alunos com NEE, o professor (elemento fundamental no processo de ensinagem como

mediador) e o trabalho psicopedagógico nas escolas.

Entretanto para que isto aconteça é preciso o apoio dos órgãos governamentais, onde a inclusão é uma realidade, entretanto deve ser efetivamente concretizada sofreu muitas mudanças ao longo das últimas décadas, entretanto as políticas educacionais por não dialogar em com os profissionais da educação, normalmente são impostas, trazendo confusão e resistência dos educadores, o que dificulta uma real transformação no sistema educacional brasileiro.

Tais propósitos devem ser concretizados na prática, através de aulas planejadas nas quais se evidenciem a segurança nos conteúdos e nos métodos de ensino; a constância e firmeza no cumprimento das exigências escolares pelos alunos; o respeito no relacionamento com os alunos o psicopedagogo torna-se então um profissional extremamente importante na instituição escolar, pois além de estimular o desenvolvimento das relações interpessoais, o estabelecimento de vínculos e a utilização de métodos de ensino compatíveis com as mais recentes concepções, ele está preparado para lidar com a singularidade de todos os atores.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Hildete Pereira dos; ANDRADE, Emmanuele Pereira de; PEREIRA, Miriam Rosa. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. Revista Brasileira de Educação, v.14, n.40, jan/abr 2009.

CARVALHO, R.E. Removendo barreiras para a aprendizagem. Educação inclusiva. 3 ed

.Porto Alegre: Mediação, 2003.

CORREIA, Luís de Miranda. Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1999. (Coleção Educação Especial, 1).

HOLLANDA, Jacqueline Monte de et al. Um estudo sobre a educação inclusiva em escola publica. Revista Cientifica da UFPA, v.3, mar 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosangela Gavioli. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. Valeria Amorim Arantes (org.). São Paulo: Summus. 2006.

Secretaria de Educação a Distancia. Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

TOLEDO, Elizabete Humai de; MARTINS, João Batista. A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky. IX Congresso Nacional de Educação

EDUCERE – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 out. 2009. – PUCPR.

VOIVODIC, Maria Antonieta. Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down.Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.